

| | | | | | |
|--|---|---|---|---|--|
| 10 | Comprovação de Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) do representante legal | Cópia do Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) do representante legal atual. | Decreto-Lei nº 401, de 30 de dezembro de 1968 e art. 29, I, da Lei Federal nº 8.666/1993 | Validade do documento ou até o término do mandato, o que ocorrer primeiro | |
| 11 | Identificação do representante legal | Cópia da carteira de identidade, inscrição em órgão profissional, carteira de motorista, passaporte ou qualquer outro documento de identificação do representante legal aceito em território nacional. | Art. 28, I, da Lei Federal nº 8.666/1993 | Validade do documento ou até o término do mandato, o que ocorrer primeiro | |
| 12 | Comprovação de endereço do representante legal | Comprovante de endereço do representante legal emitido em até 90 dias da data de apresentação do documento ou declaração de moradia assinada pelo representante legal. | Art. 18, I, da Resolução Conjunta SEGOV/AGE nº 004/2015 e Lei Federal nº 7.115/1983 | Até o término do mandato | |
| 13 | Declaração de concordância e veracidade | Termo de declaração de concordância e veracidade para a possibilitar a assinatura digital em todo o processo de convênios e parcerias assinada pelo representante legal. | Decreto nº 47.222/2018 e arts. 5º, 6º e art. 13 da Resolução Conjunta SEGOV/CGE nº 05/2020 | Até o término do mandato | |
| 14 | Autorretrato (Selfie) segurando o documento de identificação do representante legal | Autorretrato (Selfie) segurando o documento de Identificação para habilitar assinatura digital em sistemas corporativos do governo estadual. | Arts. 5º, 6º e 13 da Resolução Conjunta SEGOV/CGE nº 05/2020 | Até o término do mandato | |
| 15 | Autorização para comunicação eletrônica relativa a convênios e parcerias | Autorização para recebimento de comunicação relativa a convênios e parcerias por meio eletrônico, inclusive para prestação de contas e PACE- Parcerias. | Art. 5º do Decreto nº 46.830/2015, art. 73 da Resolução Conjunta SEGOV/AGE nº 004/2015 e art. 13 da Resolução Conjunta SEGOV/CGE nº 05/2020 | Até o término do mandato | |
| Regularidade fiscal e trabalhista | | | | | |
| 16 | Regularidade perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS | Certificado de Regularidade de Situação do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). | Art. 195, § 3º, da Constituição Federal e art. 28, IV, da Lei Federal nº 8.666/1993 | Validade da certidão | |
| 17 | Regularidade perante a Seguridade Social | Certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, negativa ou positiva com efeitos de negativa, expedida conjuntamente pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN). | Art. 195, § 3º, da Constituição Federal e art. 29, III e IV, da Lei Federal nº 8.666/1993 | Validade da certidão | |
| 18 | Regularidade perante a Justiça do Trabalho | Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) positiva com efeitos de negativa. | Art. 29, V, da Lei Federal nº 8.666/1993 (Incluído pela Lei Federal nº 12.440/2011) | Validade da certidão | |
| 19 | Regularidade perante a Fazenda Pública do Estado de Minas Gerais | Certidão de Débitos Tributários Estadual disponível no Sistema Integrado de Administração da Receita Estadual (SIARE), mantido pela Secretaria de Estado de Fazenda. | Art. 29, III, da Lei Federal nº 8.666/1993 e art. 25, §1º, IV, "a", da Lei Complementar Federal nº 101/2000 | Validade da certidão | Regularidade em relação ao pagamento de tributos, empréstimos e financiamentos devidos ao Estado de Minas Gerais |
| Regularidade no uso de recursos públicos e adimplência com o Estado de Minas Gerais | | | | | |
| 20 | Regularidade quanto à prestação de contas de recursos estaduais recebidos anteriormente | Ausência de registro de inadimplência no Sistema de Administração Financeira do Estado de Minas Gerais (SIAFI) ou no(s) sistema(s) que vier(em) substituir a funcionalidade de bloqueio na tabela de credores. | Art. 25, §1º, IV, "a", da Lei Complementar Federal nº 101/2000 | Momento da consulta | Até a criação ou em caso de falha na integração, deverá ser verificada a obrigação no momento da celebração e liberação de recursos pelo órgão ou entidade estadual. |
| 21 | Ausência de inadimplência em relação à administração pública do Estado de Minas Gerais | Ausência de registro no Cadastro Informativo de Inadimplência em relação à Administração Pública do Estado de Minas (CADIN-MG). | Art. 25, §1º, IV, "a", da Lei Complementar Federal nº 101/2000 e art. 10 do Decreto nº 44.694/2007 | Momento da consulta | Até a criação ou em caso de falha na integração, deverá ser verificada a obrigação no momento da celebração e liberação de recursos pelo órgão ou entidade estadual. |
| 22 | Ausência de suspensão ou declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou licitação ou celebrar parcerias ou contrato com a Administração Pública Estadual | Ausência de registro no Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública Estadual (CAFIMP). | Art. 25, §1º, IV, "a", da Lei Complementar Federal nº 101/2000, art. 87 e 88, da Lei Federal nº 8.666/1993, Lei nº 13.994/2001 e Decreto nº 45.902/2012 | Momento da consulta | Até a criação da integração, deverá ser verificado no momento da celebração e liberação de recursos pelo órgão ou entidade estadual. |
| Autenticidade de documentos | | | | | |
| 23 | Declaração de autenticidade dos documentos apresentados | Declaração de autenticidade dos documentos apresentados com anexação assinada pelo representante legal. | Art. 13, § 1º, da Resolução Conjunta SEGOV/CGE nº 05/2020 | Menor validade dos documentos declarados autênticos | |

| ANEXO (a que se refere o art. 13 da Resolução Conjunta SEGOV/CGE nº 05, de 24 de janeiro de 2020) | | | | | |
|--|--|---|---|---|--|
| TABELA DE DOCUMENTOS – UNIÃO | | | | | |
| Item | Obrigação | Descrição | Legislação | Validade | Observação |
| Habilitação jurídica | | | | | |
| 1 | Inscrição no CNPJ | Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) atualizado ou revalidado. | Art. 29, I, da Lei Federal nº 8.666/1993 | Até o término do mandato | |
| 2 | Comprovação de endereço do parceiro/convêniente | Comprovante de endereço da sede emitido em até 90 dias da data de apresentação do documento ou outro documento que comprove o efetivo funcionamento no endereço constante da inscrição no CNPJ. | Art. 18, I, da Resolução Conjunta SEGOV/AGE nº 004/2015 | Até o término do mandato | |
| 3 | Declaração ou Parecer de que a entidade é um ICT | Encaminhamento de declaração de que a instituição é considerada Instituição Científica, Tecnológica e de Inovação (ICT): órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta, que inclua em sua missão institucional ou em seu objetivo social ou estatutário a pesquisa básica ou aplicada de caráter científico ou tecnológico ou o desenvolvimento de novos produtos, serviços ou processos. | Art. 2º, inciso V, da Lei Federal nº 10.973/2004 e art. 2º, inciso VI, do Decreto Estadual nº 47.442/2018. | Não se aplica | Apresentação obrigatória apenas para Instituição Científica, Tecnológica e de Inovação – ICT nos termos da legislação supracitada |
| Credenciamento do representante legal | | | | | |
| 4 | Comprovação de exercício dos poderes de representação da União | Comprovante de exercício dos poderes de representação da União, tais como diploma eleitoral ou termo de posse ou comprovante de delegação de competências. | Art. 28, IV, da Lei Federal nº 8.666/1993 | Até o término do mandato | |
| 5 | Comprovação de Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) do Presidente da República ou autoridade delegada | Cópia do Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) do Presidente da República ou autoridade delegada ou autoridade delegada. | Decreto-Lei nº 401, de 30 de dezembro de 1968 e art. 29, I, da Lei Federal nº 8.666/1993 | Validade do documento ou até o término do mandato, o que ocorrer primeiro | |
| 6 | Identificação do Presidente da República ou autoridade delegada | Cópia da carteira de identidade, inscrição em órgão profissional, carteira de motorista, passaporte ou qualquer outro documento de identificação aceito em território nacional do Presidente da República ou autoridade delegada ou autoridade delegada. | Art. 28, I, da Lei Federal nº 8.666/1993 | Validade do documento ou até o término do mandato, o que ocorrer primeiro | |
| 7 | Comprovação de endereço do Presidente da República ou autoridade delegada | Comprovante de endereço do Presidente da República ou autoridade delegada ou autoridade delegada emitido em até 90 dias da data de apresentação do documento ou declaração de moradia assinada pelo Presidente da República ou autoridade delegada ou autoridade delegada. | Art. 18, I, da Resolução Conjunta SEGOV/AGE nº 004/2015 e Lei Federal nº 7.115/1983 | Até o término do mandato | |
| 8 | Declaração de concordância e veracidade | Termo de declaração de concordância e veracidade para a possibilitar a assinatura digital em todo o processo de convênios e parcerias assinado pelo Presidente da República ou autoridade delegada. | Decreto nº 47.222/2018 e arts. 5º, 6º e art. 13 da Resolução Conjunta SEGOV/CGE nº 05/2020 | Até o término do mandato | |
| 9 | Autorretrato (Selfie) segurando o documento de identificação do Presidente da República ou autoridade delegada | Autorretrato (Selfie) segurando o documento de Identificação para habilitar assinatura digital em sistemas corporativos do governo estadual. | Arts. 5º, 6º e 13 da Resolução Conjunta SEGOV/CGE nº 05/2020 | Até o término do mandato | |
| 10 | Autorização para comunicação eletrônica relativa a convênios e parcerias | Autorização para recebimento de comunicação relativa a convênios e parcerias por meio eletrônico, inclusive para prestação de contas e PACE- Parcerias. | Art. 5º do Decreto nº 46.830/2015, art. 73 da Resolução Conjunta SEGOV/AGE nº 004/2015 e art. 13 da Resolução Conjunta SEGOV/CGE nº 05/2020 | Até o término do mandato | |
| Regularidade fiscal e trabalhista | | | | | |
| 11 | Regularidade perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS | Certificado de Regularidade de Situação do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). | Art. 195, § 3º, da Constituição Federal e art. 28, IV, da Lei Federal nº 8.666/1993 | Validade da certidão | |
| 12 | Regularidade perante a Justiça do Trabalho | Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) positiva com efeitos de negativa. | Art. 29, V, da Lei Federal nº 8.666/1993 (Incluído pela Lei Federal nº 12.440/2011) | Validade da certidão | |
| 13 | Regularidade perante a Fazenda Pública do Estado de Minas Gerais | Certidão de Débitos Tributários Estadual disponível no Sistema Integrado de Administração da Receita Estadual (SIARE), mantido pela Secretaria de Estado de Fazenda. | Art. 29, III, da Lei Federal nº 8.666/1993 e art. 25, §1º, IV, "a", da Lei Complementar Federal nº 101/2000 | Validade da certidão | Regularidade em relação ao pagamento de tributos, empréstimos e financiamentos devidos ao Estado de Minas Gerais |
| Regularidade no uso de recursos públicos e adimplência com o Estado de Minas Gerais | | | | | |
| 14 | Regularidade quanto à prestação de contas de recursos estaduais recebidos anteriormente | Ausência de registro de inadimplência no Sistema de Administração Financeira do Estado de Minas Gerais (SIAFI) ou no(s) sistema(s) que vier(em) substituir a funcionalidade de bloqueio na tabela de credores. | Art. 25, §1º, IV, "a", da Lei Complementar Federal nº 101/2000 | Momento da consulta | Até a criação ou em caso de falha na integração, deverá ser verificada a obrigação no momento da celebração e liberação de recursos pelo órgão ou entidade estadual. |
| 15 | Ausência de inadimplência em relação à administração pública do Estado de Minas Gerais | Ausência de registro no Cadastro Informativo de Inadimplência em relação à Administração Pública do Estado de Minas (CADIN-MG). | Art. 25, §1º, IV, "a", da Lei Complementar Federal nº 101/2000 e art. 10 do Decreto nº 44.694/2007 | Momento da consulta | Até a criação ou em caso de falha na integração, deverá ser verificada a obrigação no momento da celebração e liberação de recursos pelo órgão ou entidade estadual. |
| Responsabilidade e transparência fiscal | | | | | |
| 16 | Observância de limites dívidas, operação de crédito, antecipação receita, restos a pagar | Certidão do Tribunal de Contas da União atestando a observância limites dívidas, operação de crédito, antecipação receita, restos a pagar ou declaração do Presidente da República ou autoridade delegada sobre essa observância, acompanhada do Relatório de Gestão Fiscal Simplificado. | Art. 25, §1º, IV, "c", da Lei Complementar Federal nº 101/2000 | Validade da certidão | |
| 17 | Observância de limites de despesa total com pessoal | Certidão referente à observância dos limites de despesa total com pessoal em relação à receita corrente líquida emitida pelo Tribunal de Contas da União ou declaração do Presidente da República ou autoridade delegada sobre essa observância, acompanhada do Relatório de Gestão Fiscal Simplificado. | Art. 23, § 3º, I, e art. 63, I, da Lei Complementar Federal nº 101/2000 | Validade da certidão | |
| 18 | Previsão e efetiva arrecadação de todos os tributos da competência constitucional do ente da Federação | Certidão referente ao pleno exercício da competência tributária emitida pelo Tribunal de Contas da União ou declaração do Presidente da República ou autoridade delegada sobre a previsão e efetiva arrecadação de todos os tributos da competência constitucional da União. | Art. 11 da Lei Complementar Federal nº 101/2000 | 31 de dezembro | |
| 19 | Cumprimento dos limites constitucionais relativos à educação | Certidão referente à aplicação Mínima de recursos em Educação emitida pelo Tribunal de Contas da União ou tela do Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Educação (Siope), mantido pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), demonstrando o cumprimento do limite constitucional relativo à educação do último exercício encerrado. | Art. 212 da Constituição Federal e art. 25, §1º, IV, "b", da Lei Complementar Federal nº 101/2000 | 31 de dezembro | |



Documento assinado eletronicamente com fundamento no art. 6º do Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017.

A autenticidade deste documento pode ser verificada no endereço <http://www.jornalminasgerais.mg.gov.br/autenticidade>, sob o número 320200127221641016.